



Qual o papel da *e-Learning* no Futuro da Pós-Graduação em Música brasileira?

MESA-REDONDA: REFLETINDO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA NO BRASIL

Prof. Dra. Helena de Souza Nunes

Na prática da educação informal e profissionalizante de caráter técnico, o Brasil acompanhava o resto do mundo, com suas iniciativas de educação à distância (Quadro 1); porém, tardiamente, a incluiu nas Universidades e, somente ao longo da segunda metade do século XX e começo do XXI, consolidou seu processo legislativo pertinente às políticas de EAD. Após um intenso desenvolvimento inicial dos primeiros anos deste milênio, segundo Longo (2016), sofremos sob uma regulação defasada, particularmente, para a educação superior, nesta modalidade de ensino. Por fim, o Decreto 9057/2017 estabeleceu nova estrutura regulatória para a educação a distância e, embora ainda carente de detalhamentos, já evidenciou resultados. Segundo o site da ABED, consultado em 26 de agosto do corrente ano, após o referido decreto reduzir as exigências para faculdades *online*, os polos de ensino superior cresceram 133%, em um ano. Quanto ao número de matrículas, aumentou 290%, na última década, e estima-se que, em cinco anos, haja mais universitários estudando em modalidade a distância do que em cursos presenciais.

Mídia	Década	Mundo	Brasil
Correio	Tempos antigos	Gazeta de Boston/EUA, anúncio de lições semanais (1798). Rede dos Correspondence Colleges (Isaac Pitman, 1845).	
Rádio	1930	Filmes de formação militar, veiculados pelo Cinema Educativo, produzido pela indústria cinematográfica de Hollywood. ICCE – International Council for Correspondence Education.	Cursos Profissionalizantes (conteúdos técnicos) Instituto Rádio Monitor Instituto Rádio Técnico R. Pinto Rádio Escola Municipal Rio de Janeiro Instituto Monitor São Paulo
	1940	Teorias comportamentalistas X cognitivas, no ensino programado. Universidade da África do Sul - UNISA (1946), formação superior de professores).	Instituto Universal Brasileiro Universidade do Ar, da Rádio Nacional
	1950	Sputnik, primeiro satélite artificial, lançado pela então URSS (1957). Advanced Research Projects Agency (ARPA), reação dos EUA (1958), ao sucesso do Sputnik, na Guerra Fria. .	Universidade do Ar Movimento Nacional de Educação Básica (MEB)

Televisão	1960	Ensino assistido por computador. Universidade Aberta (Open University), em Londres (1969).	Movimento Nacional de Educação de Base (Igrejas/MEC) Reserva de canais VHF e UHF para a TV Educativa, pelo MEC Canais de Televisão Educativa, em vários Estados.
	Continuação		Continua
	1970	Universidade Nacional de Educação a Distância / UNED, Na Espanha (Madri, 1972). FernUniversität, na então República Federal da Alemanha (1974).	Associação Brasileira de Tele-educação Projeto Minerva, em Cadeia Nacional Educação Supletiva, pela Fundação Roberto Marinho Programa Nacional de Tele-educação (PRONTEL) Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) Projeto Logos, do MEC Telecurso do 2o grau; Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/ MEC Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL.
	1980	ICDE - International Council for Distance Education, Primeiros sistemas de conferência audiovisual. Universidade Aberta de Portugal (1988).	Cursos de Extensão da UNB (conteúdos livres) Novas TVs Educativas Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.
1990	Relatório VOCTADE, da VET / EU (1997). Manifestação da UNESCO defende EAD (1980). Potencialidades abertas pela Internet e World Wide Web. Relatório da UNESCO (2002, trata dos custos da EAD).	LDB 9394/96 inclui educação formal na EAD Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho e SENAI TV Escola – Um Salto para o Futuro Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) Canal Futura Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED Sistema Nacional de Educação à Distância SINEAD PROFORMAÇÃO – Formação de Professores em exercício.	
Internet	2000	Ingresso do Brasil, na Sociedade da Informação.	

Quadro 1: Breve panorama histórico da EAD, anterior ao ingresso do Brasil na Sociedade da Informação.

Foi ainda na década de 1940, que surgiu, na África do Sul, a prática pioneira de ensino universitário à distância (UNISA, 1948). Mas foi na década de 1970 que, em Londres e Madrid, o ensino a distância praticado nas universidades se formalizou como viável. (CORREIA; PINHEIRO, 2012). No Brasil, contudo, manteve-se no ensino profissionalizante e informal até os primeiros cursos de Extensão da UNB, na década de 1980, tendo sido oficializado para todos os níveis de ensino apenas com a LDB de 1996. Por outro lado, esta mesma Lei se antecipou a documentos internacionais importantes, da União Europeia e da UNESCO. E, quando em 2006, foi aprovado o projeto pedagógico do curso Licenciatura em Música EAD da UFRGS e Universidades Parceiras, em sua fundamentação já se falava em Alfabetização Tecnológica (Inclusão Digital), Conhecimentos Específicos (Musicopedagógicos) – ambos aspectos apontados pela UNESCO, mas

em 2009 –, e já se acrescentava a Criação de Si – assunto mais recente –, como tema relevante à EAD (Quadro 2).

Desde a década de 1970, o governo federal vinha intensificando uma série de programas, cujo objetivo era expandir as iniciativas de educação a distância, não apenas por correspondência, mas também pelo rádio e pela televisão. O ingresso do Brasil na Sociedade da Informação aconteceu na virada do milênio, ampliando-se então as possibilidades de veiculação de cursos e materiais didáticos.

Data	Fato	Efeito
2000	Iniciativas do então Ministério da Ciência e Tecnologia	Ingresso do Brasil, na Sociedade da Informação
2001	Lei 10.172/2001	Plano Nacional da Educação
2002		TV Escola Um Salto para o Futuro CEDERJ
2003	Edital SEIF/MEC 01	Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da EB
2004	CAEF da UFRGS	Cursos de Música online
2005	Decreto 5.622/2005	Sistema Oficial de Reconhecimento do MEC para cursos EAD
	Resolução CD/FNDE 034/2005	Programa Pró-Licenciaturas (UFRGS, somente, oferece Licenciatura em Música)
2006	Decreto 5800.2006	Universidade Aberta do Brasil
	PPC / PROLICENMUS / UFRGS e Universidades Parceiras	Alfabetização Tecnológica (Inclusão Digital) Conhecimentos Específicos (Musicopedagógicos) Criação de Si (PIP – Projeto Individual Progressivo)
2007/8	UNB e UFSCar	Licenciatura em Música EAD, pela UAB
2009	Manifestação da UNESCO	Alfabetização Tecnológica Aprofundamento do Conhecimento Criação de Conhecimento
2012		MOOCS (Massive Open Online Courses)
2017	Decreto 9057/2017	Nova estrutura regulatória para EAD favorece expansão de ofertas de cursos

Quadro 2: Breve panorama histórico da EAD, posterior ao ingresso do Brasil na Sociedade da Informação.

Assim, após projetos regionais fundantes da prática de veiculação pela internet, acontecidos ainda na década de 1990, surgem outros, com abrangência nacional. Obviamente, corre-se hoje graves riscos de banalização e exploração indevida, nesse modo de disseminar cursos e outras práticas educativas. Talvez, o maior dos perigos seja o fato de que tais ofertas podem passar a se orientar apenas por lógicas do mercado, sem foco na qualidade do ensino oferecido, por exemplo; contudo, o acompanhamento atento, crítico e honesto por parte de educadores de fato vocacionados há de saber manter a devida resistência (BIELSCHOWSKY, 2018). Incontestável parece ser o fato de que a internet não é, apenas, um meio de comunicação mais eficaz; está, também, inaugurando uma nova era. Eis, então, outros motivos para uma reflexão sobre o assunto, nos programas de pós-graduação.

Por um lado, resultados dos censos da ABED e do INEP, nos últimos dois anos, apontam que, nos tempos iniciais da EAD brasileira, os maiores problemas estavam na resistência dos docentes, em grande número avesso às tecnologias, e na evasão dos alunos, cujas causas migraram da falta de adaptação à modalidade, às questões financeira e de falta de tempo; atualmente, fala-se em necessidades de inovação tecnológica e renovação em abordagens pedagógicas. A par disso, sabe-se que o auge de investimentos na EAD foi feito entre 2008 e 2013; a crise econômica, que atualmente preocupa o Brasil, fez também este setor se encolher; contudo, apesar desses impactos negativos, até o último levantamento, há pouco mais de um ano, as matrículas continuavam a crescer e a rentabilidade dos negócios em EAD se mantinha estável, o que reflete suas adequação e importância para a população que, mesmo num momento de pouca disponibilidade financeira, empenha-se em pagar por tais cursos. Ora, observar esses fatos, que comprovam mudanças de entendimento e estabelecem comportamentos de modo decidido, nos permite constatar migrações promissoras. Definitivamente, elas comprovam significativo movimento de percepções e ideias, na área. Penso, então, que podem ser motivações intelectuais e justificativas de esperanças no futuro, capazes de fundamentar coragem para se propor renovadas ideias e se arriscar renovadoras soluções. Trago mais este desafio à reflexão e às investigações empreendidas em nossa pós-graduação em Música.

Afinal, no que se refere ao ensino de Música, a demanda é gigantesca; contudo, as possibilidades de oferta ainda são poucas. Há várias razões para isso, principalmente, a falta de professores capacitados e de propostas pedagógicas condizentes, até mais do que a falta de recursos tecnológicos. Particularmente, no que se refere ao projeto pedagógico que coordenei, o do PROLICENMUS, foi descontinuado, em 2012. Ele pertencia ao Programa Pró-Licenciaturas, flexível e com espaço para proposições experimentais, aberto ao desenvolvimento de projetos pioneiros como aquele, que recebeu conceito máximo 5 no INEP e no ENADE. Lamentavelmente, ainda em 2011, quando encaminhado à reedição, seu formato não pode ser aprovado, pois não se harmonizou com as normas da UAB. Desde então, com a parceria de meus alunos do PPG_Música da UFBA, tenho me dedicado a explicitar seus fundamentos, ferramentas, procedimentos e materiais didáticos. Tudo o que foi realizado na época é, ainda hoje, atual e inovador; sobre tudo, provocativo, ao desacomodar zonas de conforto e ao questionar o *status quo*. Alimentamos a esperança de que o cenário venha a se mostrar mais favorável e mais aberto, num futuro breve; então, estamos a trabalhar em favor dele.

A Música, por sua complexidade, requer recursos multimídia de ponta; mas a comunicação daí estabelecida é desconcertante: enquanto rompe barreiras familiares às gerações mais velhas, as mais jovens se irritam com lerdas obviedades. A ansiedade provocada pelo confronto entre vazios

ou sobrecargas cognitivas, em velocidades conflitantes, toma conta de tudo e de todos. Vivemos pressionados, sob impasses paradigmáticos! Já quase sem outra opção, as pessoas se fazem presentes em lugares de imersão invisíveis, rigorosamente organizados, subjugados à internet. Estes lugares são “espaços de fluxo de tempos intemporais”, nas palavras de Schlemmer (2011); mas, embora tão insólitos, implicam sentimentos reais de pertencimento, identidade e propriedade, envolvendo a todos num estado de *flow*. Existem neles normas rígidas; mas também existem formas novas de liberdade, advindas do “sequer estar ali, agora” e, mesmo assim, “fazer parte”. Pode-se fazer música com alguém que nunca se viu, que está tocando ou cantando, ao mesmo tempo ou que passou por ali, deixando sua contribuição para ser compartilhada, revisada, ampliada e – o que provoca dor real -, eventualmente, também recusada. Pode-se repetir as práticas de estudo, recebendo orientações para isso, gravadas antes ou respondidas depois. Surgem novos aplicativos para correção automática de solfejos, análise de performances, composição auxiliada por computador, e novas interfaces para expressão musical. Até onde isso nos leva? Eis mais uma questão, cuja expectativa de resposta parece ser atribuição de intelectuais pesquisadores dos programas de pós-graduação, ao pensar no futuro.

Ensinar e aprender Música, *online*, também desafia questões de criatividade. Uma recente dissertação de mestrado (L. NUNES, 2015), discute tal assunto, sempre questionado. O autor o estuda no âmbito da Composição Musical de caráter musicopedagógico, conforme foi ensinada no contexto do PROLICENMUS. Ele parte da identificação de duas práticas detectadas nas Unidades de Estudo que foram disponibilizadas no Moodle do curso: a chamada “Respostas por Antecipação” e a chamada “Liberdade para Criar”. As primeiras se referem àquilo que, nos objetos virtuais de aprendizagem, era respondido, antes mesmo que tivesse sido perguntado pelos alunos, qual seja, a previsão docente; a segunda, àquilo que cada um sentia necessidade de expor, espontaneamente, sem ter sido ensinado a dizê-lo nem a construí-lo, qual seja, a inspiração ingênua do discente. Conclui, que a criatividade, essencial para a Música, nasce da permanência do conflito entre ambas. A *e-Learning* propõe, nas tendências mais recentes, ser um espaço de criação de si (UFRGS, 2006). Por isso, na EAD, o espaço de conflito precisa ser mantido, deixando ao aluno a responsabilidade de ir decidindo sobre sua obra, sua vida e suas escolhas, construindo-se, a si mesmo, por intermédio de sua composição. E vice-versa. Os ambientes virtuais de aprendizagem são perfeitos, para isso, pois podem dar a cada um, o direito de, do seu jeito e a seu tempo, encontrar o seu próprio eu, empreendendo uma criação genuína, como dito, num espaço de fluxo e num tempo intemporal.

De modo geral, conceitos de EAD têm em comum a separação física entre professores e alunos, tendo seus tempos e espaços mediados pelo uso de tecnologias da informação e da comunicação, aplicadas a fins educacionais, dentro de uma cultura de virtualidade real. Mas

precisamos pensar sobre EAD ou sobre *Eletronic Learning*? Apesar de usá-lo aqui, afirmo que o termo, educação a distância, se refere a um conceito desatualizado, pois com as tecnologias da informação e da comunicação (e seu futuro irrefreável), as distâncias conhecidas pela Física não só já foram relativizadas, como eliminadas. Logo, entendo que o conceito certo e atual deva ser *e-Learning*, que vem carregado de suas particularidades e renovados entendimentos (*Blended-Learning, Imersive-Learning Ubicuos-Learning, Pervasive-Learning...*). Mas, o nome EAD persiste... de que distância, então, estaríamos falando?! Ora, apresento-lhes uma provocação: não seria daquela distância que não quer ser superada; qual seja, a distância entre as vontades? Vontades. Contudo, não caberia justamente a esses acadêmicos, líderes intelectuais e pesquisadores, impulsionarem as iniciativas mais inovadoras? Então, por que se comportam tão relutantes, retrógrados até? Em suma: há vontade de, efetivamente, realizar Ensino, Pesquisa e Extensão – como prevê o conhecido trinômio universitário, entre alunos e professores dos programas de pós-graduação? E não terá acontecido, que precisamente o fenômeno conhecido como EAD, tenha vindo confrontá-los com isso? Chego, assim, a mais um ponto, bem doloroso, reconheço, dentre os que trago para reflexão.

E minha provocação continua, porque este novo mundo, compartilhado por seres humanos e máquinas, nasce da interatividade, caracterizada por permanentes estados de desestabilização. Em outras palavras, uma interatividade que resulta em produtos temporariamente definitivos e definitivamente temporários. A instabilidade fragiliza o *status quo* e aterroriza aqueles, que se acham em posições seguras, definitivas e de autoridade inquestionável. Acontece, que, ao que parece, as ações desenvolvidas com tais produtos de validade instável, temporariamente definitivos e definitivamente temporários, evoluem na geração de inclusões e exclusões, que, se já não estão, correm sério risco de ficarem fora de nosso controle. Isso nos assusta, sobremaneira, enquanto este novo mundo segue seu rumo, inexorável. Um mundo que se fortalece com o surgimento de sempre novos sistemas eletrônicos de alcance global, os quais integram nossa vida social e condicionam até nossos sentidos, segundo Castells (1999), potenciando-os. E aí outra dúvida aterradora: para libertá-los ou para escravizá-los? Ambos. Não estou sendo original; Thomas Mann (1967, p. 121) já se referiu a uma tal natureza ambígua, *ein Zweideutiges Wesen*, ao falar sobre a Música. Eis mais um porquê da insistência: *e-Learning* e demais intersecções entre Música e Tecnologia são assuntos de interesse urgente, para o futuro dos programas de pós-graduação... em Música! Duas grandezas de mesma natureza podem ser comparadas, ao ponto de uma ajudar a compreender a outra.

E-learning não é um conceito subalterno ao de EAD e nem tão pouco o supera; concordando com o já intuído por CORREIA e PINHEIRO (2012), simplesmente, penso ser de outra natureza. Do ponto de vista epistemológico, trata do uso de ferramentas tecnológicas que anulam barreiras de

tempo e de espaço, que não são propriedade exclusiva da Educação. Tais ferramentas tecnológicas se referem a um outro tipo de mundo, até então desconhecido. Correto; mas esse é um fato em comum também com outras iniciativas informacionais e comunicacionais, desta nova sociedade. Logo, não tem porque ser de nosso interesse particular. Mas... o que, então, seria particular à Música? Sei que me arrisco; mas sugiro: o que constitui a *e-Learning* em Música um fato particular é o reconhecimento da mudança de paradigmas da musicalidade da vida, da integralidade musical dos seres em sua relação com as coisas e de uns com os outros, pois passa a reconhecer nisso uma nova ordem. Dela, emergem velhos valores, exigindo novas disposições, tais como suportar instabilidades sem se distrair, mesmo quando a sala não é silenciosa e o instrumento está desafinado; e conviver com o outro sem temer sua concorrência, compreendendo o sucesso alheio como seu e vice-versa, numa profunda experiência de colocar-se no lugar do outro, exercitando a compaixão. Compaixão, no sentido destacado por Serres (1993), de *Mitgefühl*, isso é, sentir com o outro o que ele sente e deixá-lo sentir o que sentimos. Estarei sendo cruel, ao colocar entre nós, que muitos músicos ainda parecem viver na fantasia de suposta superioridade? Parecem viver na expectativa do aplauso, no palco, pelo mérito das sacrificadas e solitárias horas de estudo? Viver no sonho glamoroso de ser premiado, nos concursos, ou de ser o solista daquela obra importante? Numa recompensa que parece vir, apenas, quando triunfando sobre os demais? Onde fica, então, o lugar seguro para a generosidade e a parcimônia, diante de conhecimentos e recompensas, que estão na nuvem? Para a sociedade em geral, o músico é um ser exótico, diferente, receptor de dons divinos, distante e encastelado. Mas as tecnologias nos encontram e nos expõem a todos, uns frente aos outros. Por isso mesmo, nos desmistificam e nos submetem à aceitação, própria e do outro. Sendo irrefreável, móvel, imersiva, ubíqua e pervasiva, nos impõe o reconhecimento de nossas interdependências, empurrando-nos a laços com o desconhecido imprevisível. Tal ideia seria compatível com o que se tem pensado, nos três últimos séculos, sobre os músicos e sobre a Música, feita por eles? Há de se pensar...

O mundo virtual, onde tudo ser possível é apenas uma questão de tempo para que ferramentas e técnicas tornem concreto o que ainda é imaginação, pode nos dar direitos de escolha e mais conforto; mas também exigem discernimento, autonomia e exposição transparente. A realidade aumentada, por exemplo, nos confronta com nossas limitações para isso. De momento, ela ainda está restrita a condições de nossos cinco sentidos; num futuro não muito longínquo, talvez, irá além deles. Em última instância, esta nova sociedade, ainda indefinida e desequilibrada, submete-nos à compaixão. Podemos até fingir que esse mundo não existe ou que está sob nosso controle; mas não é bem assim. E quanto mais nos demormos, mais poder de determinação ele terá sobre nós. Se não nos apressarmos a compreender isso, a inteligência artificial em breve superará a nossa, que

teimamos em manter embotada por emoções mal resolvidas e, como diria a Emília, a sábia bonequinha do Monteiro Lobato, por um intelecto meramente “empanturrado de ciências empanturrantes”. A solução apontada por ela, para o Visconde de Sabugosa, é que “precisa ser operado”. (LOBATO, 2007, p. 61). Talvez evitemos cortes tão dolorosos, se nos acordarmos, logo, para a importância do debate sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação, em nossos programas de pós-graduação em Música. Afinal, somos músicos e professores de Música. Será que a Música, aquela que já explicitou tantos pontos de vista e superou tantos entendimentos, já demonstrou ser depositária de tantos poderes e resistiu a tantas interpretações estúpidas e usos cruéis, não teria potencial suficiente para nos guiar, neste novo mundo? Será que a Música, antiga e sábia, não poderia nos contar segredos importantes, se observada, ensinada e praticada às luzes das tecnologias e descobertas de agora? Em lugar de sermos refratários a elas, de que modo nossos conhecimentos musicais poderiam ampliar as vontades de nos tornarmos seres humanos melhores, absolutamente musicais, num processo de criação e de renovação de si, como apoio ao processo de criação e de renovação do outro, todos rumo a uma vida mais feliz, ensinando e aprendendo? Qual a relação disso com os potenciais das TICs? Qual a relação disso, com as escolhas que estamos fazendo, hoje?

Bem... concluindo, então: o que constitui a *e-Learning* em Música um fato particular é o reconhecimento da mudança de paradigmas pertinentes à musicalidade da vida. Musicalidade essa que envolve os seres e as coisas, na criação de identidades instáveis, as quais advêm da natureza ambígua de ambas. Daí, emergem velhos valores, exigindo novas disposições, possivelmente, reveladoras. Se tais questões não estimulam a curiosidade e não são temas de interesse para nós, intelectuais, acadêmicos e sobretudo músicos, atuando em programas de pós-graduação em Música brasileiros, só o que posso temer é que, num futuro breve, seremos os novos excluídos em extinção.

Bibliografia

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. **Análises Derivadas do CensoEAD.BR 2016**. Textos diversos recebidos dos colaboradores e publicadas em 16 de janeiro de 2018.

Disponíveis em: <http://www.abed.org.br/site/pt/> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na educação superior a distância no Brasil – onde estamos, para onde vamos? **Revista EAD em Foco**. 2018; 8(1).

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CORREIA, Luís Grosso; PINHEIRO, Bruno. *E-learning*: perspectiva histórica de um processo em curso História. **Revista da FLUP**. Porto, IV Série, vol. 2 - 2012, 195-216.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Editora Globo, 2007 (vol.2).



LONGO, Carlos. A regulação da educação a distância e a qualidade do setor: dados de opinião. In: ABED. **Censo EAD.BR 2016** – Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. Curitiba: InterSaber, 2017.

MANN, Thomas. *Der Zauberberg*. München: Fischer, 1967.

NUNES, Leonardo de Assis. **Composição de Microcanções CDG no PROLICENMUS** – uma discussão sobre o confronto entre as respostas por antecipação e a liberdade para criar. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA, 2015.

SCHLEMMER, Eliane. **Políticas e práticas na formação de professores a distância** – por uma emancipação cidadã. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Educação – UNISINOS, 2011.

SERRES, Michael. **Filosofia Mestiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Tradução de *Le tiers-instruit* (1991).

UFRGS. **Projeto Pedagógico de Curso** – Licenciatura em Música EAD da UFRGS e Universidades Parceiras. Porto Alegre: CONSUN – Conselho Universitário, 2006.

UNESCO. **ICT Competency Standards for Teachers: implementation guidelines, version 1.0**. Paris: UNESCO, 2008.